*INATIVOS E PENSIONISTAS — CONTRIBUIÇÃO SOCIAL —
INCONSTITUCIONALIDADE (STF)*

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 380.853-4

Proced.: Mato Grosso

Relator: Min. Celso de Mello

Agte.: Estado de Mato Grosso

Adv.: Pge-MT - Alexandre Luís Cesar

Agdos.: Iza Teixeira Santos e outros

Advdas.: Denise Costa Santos Borralho e outra

DECISÃO: O Plenário do Supremo Tribunal Federal, a propósito da controvérsia constitucional suscitada no recurso extraordinário *a que se refere* o presente agravo de instrumento, *proferiu decisão unânime*, em julgamento que *virtualmente* examinou *após pres-tadas* as informações pelo Presidente da Re-

pública e pelo Congresso Nacional — a questão pertinente à *legitimidade* da incidência da contribuição de seguridade social *sobre* servidores inativos e pensionistas, *concluindo*, quanto a estes, pela *inexigibilidade* de referida exação:

“A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA ‘NÃO ADMITE’ A INSTITUIÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL SOBRE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO.

— A Lei nº 9.783/90, ao dispor sobre a contribuição de seguridade social relativamente a ‘pensionistas’ e a servidores ‘inativos’ da União, regulou, indevidamente, matéria não autorizada pelo texto da Carta Política, eis que, não obstante as substanciais modificações introduzidas pela EC nº 20/98 no regime de previdência dos servidores públicos, o Congresso Nacional absteve-se, conscientemente, no contexto da reforma do modelo previdenciário, de fixar a necessária matriz constitucional, cuja instituição se revelava indispensável para legitimar, em bases válidas, a criação e a incidência dessa exação tributária sobre o valor das aposentadorias e das pensões.

O regime de previdência de caráter contributivo, a que se refere o art. 40, caput, da Constituição, na redação dada pela EC nº 20/98, foi instituído, unicamente, em relação ‘Aos servidores titulares de cargos efetivos...’, inexistindo, desse modo, qualquer possibilidade jurídico-constitucional de se atribuir, a inativos e a pensionistas da União, a condição de contribuintes da exação prevista na Lei nº 9.783/99. Interpretação do art. 40 §§ 8º e 12, c/c o art. 195, II, da Constituição, todos com a redação que lhes deu a EC. nº 20/98.”

(ADI 2.010-DF (Medida Cautelar), REL. Min. CELSO DE MELLO).

Impõe-se registrar, neste ponto, que esse entendimento — consagrado no julgamento plenário mencionado — reflete-se, por igual, em preciso magistério doutrinário, que, tendo presente a superveniência da EC 20/98, sustenta a impossibilidade jurídico-constitucional de o Poder Público, aí incluída a própria União Federal, instituir e exigir, em relação aos servidores inativos e aos pensionistas, a pertinente contribuição de seguridade social (MARCELO LEONARDO TAVARES, “Considerações sobre a Contribuição dos Servidores Inativos e Pensionistas da União”, in Revista Dialética de Direito Tributário nº

45/70-74, 71/72, KIYOSHI HARADA, “Direito Financeiro e Tributário”, p. 323/325, item n. 9.2.2.5.4, 8º ed., 2001, Atlas; ZÉLIA LUIZA PIERDONA, “A EC nº 20/98 e as Contribuições para a Seguridade Social dos Servidores Públicos e Inativos”, in Boletim dos Procuradores da República nº 12/30-31, Ano I, Abril/99; MARCELO PIMENTEL, “Contribuição de Inativos é Inconstitucional — Lei 9.783/99”, in Síntese Trabalhista nº 121/14-16; CARLOS AYRES BRITTO, “A Lei Federal nº 9.783/99 e suas inconstitucionalidades”, in “Direito Atual”, vol. I, n. 1, p. 163/205; HUGO DE BRITO MACHADO, “Contribuição Social dos Aposentados — Lei nº 9.783/99 — Inconstitucionalidades”, in Revista Dialética de Direito Tributário nº 45/85-95, v.g.).

Essa mesma orientação é perfilhada pelo eminente Professor CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO (“Curso de Direito Administrativo”, p. 268-269, itens ns. 64/65, 13ª ed., 2001, Malheiros), cuja autorizada lição enfatiza a inconstitucionalidade da Lei nº 9.783/99, no ponto em que impôs, aos servidores inativos e aos pensionistas, o pagamento da contribuição de seguridade social:

“Convém, aqui, abrir parêntese para examinar a Lei 9.783, de 28.1.99, cujo advento está ligado às alterações constitucionais advindas da Emenda Constitucional 20, que alterou os arts. 40 e ss. da Lei Magna. Este artigo, como foi dito, previa contribuição previdenciária para a aposentadoria dos servidores titulares de cargo público. Consoante seus dizeres: ‘Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial (...)’.

Para regular a contribuição aí suposta foi editada a referida Lei 9.783, de 28.1.99, de acordo com a qual os servidores públicos, ativos, inativos e os pensionistas dos três Poderes da União devem contribuir com um percentual fixo de 11% (o art. 2º da sobredita lei, que estabelecia acréscimos inconstitucionais ao mencionado percentual e desnaturava

a contribuição previdenciária, foi revogado pela Lei 9.988, de 19.7.2000).

'Com respeito aos inativos e pensionistas, devem ser ressaltados dois vícios cujo caráter ostensivamente inconstitucional é incontestável. A saber: (I) o art. 40 da Constituição reporta a previsão de contribuição previdenciária unicamente aos servidores titulares de cargos públicos efetivos. Ora, aposentados e pensionistas, a toda evidência, não são titulares de cargos públicos efetivos. Donde, nunca poderiam ter sido assujeitados à contribuição em causa, nem poderão sê-lo os futuros aposentados ou pensionistas, *enquanto vigorar o mencionado art. 40 com sua redação atual; (II) por outro lado, em relação aos atuais aposentados e pensionistas, sua aplicação é impossível, 'pois os sujeitos em causa' já estão em situações jurídicas conclusas, pelo que encontram-se, para além de qualquer dúvida ou entredúvida, acobertados pelas garantias constitucionais do direito adquirido e do ato jurídico perfeito.*" (grifei)

Cumpra assinalar, de outro lado, que esta Suprema Corte, também em julgamentos plenários, *veio a reconhecer*, no que concerne ao regime de previdência dos servidores públicos, *que o modelo constitucional instituído no art. 40 da Carta Política, com as alterações introduzidas pela EC 20/98, estende-se*, quanto aos princípios e diretrizes que o estruturam, aos Estados-membros, *impedindo-os*, em consequência, *na linha do precedente firmado na ADI 2.010-DF, de exigir*, aos respectivos servidores inativos e pensionistas, o correspondente pagamento da contribuição de seguridade social (ADI/MC 2.049-RJ, Rel. Min. NÉRI DA SILVEIRA — ADI/MC 2.087-AM, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE — ADI/MC 2.138-RJ (*Questão de Ordem*), Rel. Min. SYDNEY SANCHES — ADI/MC

2.158-PR, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE — ADI/MC 2.176-RJ, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE — ADI/MC 2.188-RJ, Rel. Min. NÉRI DA SILVEIRA — ADI/MC 2.189-PR, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE — ADI/MC 2.196-RJ, Rel. Min. MOREIRA ALVES — ADI/MC 2.197-RJ, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA — Rel. 1.602-SE (AgRg), Rel. Min. NÉRI DA SILVEIRA).

Cabe enfatizar, por necessário, que esse mesmo entendimento vem sendo observado em sucessivas decisões proferidas por eminentes Juízes desta Corte, cujos julgamentos, na matéria, têm repellido, por incompatíveis com a diretriz jurisprudencial mencionada, postulações deduzidas por Estados-membros e autarquias estaduais, que petendem impor, aos respectivos servidores inativos e pensionistas, o pagamento da contribuição de seguridade social (Ag. 355.589-SC, Rel. Min. NELSON JOBIM — Ag. 378.006-SC, Rel. Min. CARLOS VELLOSO — Ag. 390.979-SC, Rel. Min. CARLOS VELLOSO — Ag. 391.228-SC, Rel. Min. CARLOS VELLOSO — Ag. 393.270-MT, Rel. Min. CARLOS VELLOSO — Ag. 394.808-SC, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.).

O exame da presente causa evidencia que o acórdão impugnado em sede recursal extraordinária ajusta-se à orientação que o Supremo Tribunal Federal firmou na matéria em referência.

Sendo assim, e tendo em consideração as razões expostas, nego provimento ao presente agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 20 de setembro de 2002.

Ministro CELSO DE MELLO

Relator